

CENTRO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM (CCEnf): COMPARTILHANDO A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO ÀS DEFICIÊNCIAS

Área temática: Educação

Responsável pelo trabalho: Simone Peruzzo

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Simone Peruzzo; Shirley Boller; Suzane Gapski Museka; Nathalia Carneiro; Rafaela Gessner

Resumo

O Centro de Cuidados de Enfermagem é um projeto de extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que busca por meio de cuidados de Enfermagem sistematizados atender a demanda de seus parceiros visando desenvolver ações que colaborem na melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidade. Criado em 2001, atua através de ações extensionistas junto a instituições parceiras e desde 2008 participa do Grupo de Prevenção da Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial (AFECE), instituição especializada no atendimento da pessoa com deficiência intelectual de alta especificidade. O presente artigo trata de um relato de experiência que visa compartilhar a vivência do Projeto de Extensão Centro de Cuidados de Enfermagem (CCEnf) junto ao Grupo de Prevenção da AFECE, especificamente na área de Educação em Saúde na construção e execução de um Programa de Prevenção às Deficiências. O programa visa informar, orientar a comunidade, bem como consolidar parcerias. As palestras itinerantes sobre a temática são acompanhadas de pré e pós teste e o conteúdo da apresentação e dos materiais instrucionais abordam os diferentes períodos e cuidados na saúde reprodutiva. No primeiro semestre de 2011, o projeto foi implantado sendo realizadas seis palestras em cinco instituições que atingiram um público de 134 participantes. O percentual comparativo entre o pré-teste e o pós-teste aplicado demonstrou aproveitamento de 59%. Atualmente o grupo é dirigido pela coordenação do projeto e assessorado pela funcionária da instituição. As ações propostas dão visibilidade à entidade, favorecem o crescimento das bolsistas, consolidam o projeto e esclarecem a comunidade.

Palavras chave: *Educação em Saúde; Enfermagem; Prevenção das Deficiências.*

Introdução

O Centro de Cuidados de Enfermagem (CCEnf) é um projeto de extensão do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná (UFPR) criado em 2001 para aproximar o futuro profissional Enfermeiro da comunidade, bem como para que possa desenvolver suas ações, o projeto atua firmando parcerias principalmente com a sociedade organizada.

O projeto *Centro de Cuidados de Enfermagem: Integrando a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão* atua nas seguintes áreas: Assistência: a realização da Consulta de Enfermagem na Sala de Acolhimento de um colégio público de grande porte na cidade de Curitiba-PR. Estágio: o estágio de observação realizado numa escola para pessoas com deficiência intelectual de alta especificidade, proporcionou as bolsistas a vivência de uma realidade pouco ou nada discutida no meio acadêmico. A vivência também demandou a realização de um estudo sobre a temática (pré-projeto de pesquisa), além da criação de um Programa de Educação Continuada junto aos professores, auxiliares de sala, familiares e cuidadores. Pesquisa: o mesmo estudo, realizado pela equipe multiprofissional da entidade traçou um diagnóstico de situação por meio da análise documental 107(cento e sete prontuários) dos educandos, possibilitando a elaboração de uma pesquisa sobre a temática; apresentação e publicação de trabalhos nos eventos científicos da área de Enfermagem, em nível local, nacional e internacional. Qualificação: a parceria com a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), entidade de classe, sem fins lucrativos propicia a vivência da vida associativa e nos espaços de Controle Social. Educação em Saúde: realizada por meio da participação em programas de capacitação (Oficinas, Encontros e Rodas de Conversa), campanhas e ou eventos de ação social (orientações de promoção a saúde e prevenção de doenças, distribuição de material educativo, aplicação de vacinas, aferição da pressão arterial, verificação da glicemia, entre outros) e a criação e gravação de peça publicitária de cunho sócio educativo para programa de rádio direcionada as comunidades ribeirinhas e rurais do Brasil e de outros países.

A existência do projeto se justifica mediante a compreensão de que ações extensionistas são capazes de possibilitar uma maior aproximação da academia com a comunidade/sociedade por meio do convívio com os diferentes atores, cenários, demandas, vivência de outras realidades, acesso a novos saberes, bem como caminhar junto as políticas públicas que regem nossa sociedade. Contribui também na redução da dicotomia

entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como permite o desenvolvimento das atividades do profissional de Enfermagem, aprimora o pensamento crítico, contribui na tomada rápida de decisão e vincula o ensino teórico a prática profissional.

Os atuais parceiros além de gerar demandas, participam da elaboração, execução e avaliação das intervenções realizadas pelos participantes do projeto, capazes de gerar impacto na melhoria das condições de vidas da comunidade.

No ano de 2008, o projeto firmou compromisso com a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial (AFECE), entidade sem fins econômicos, especializada no atendimento educacional da pessoa com deficiência intelectual de alta especificidade. A Deficiência Intelectual de Alta Especificidade ou Retardo Mental é um grave distúrbio neurológico que tem como característica fundamental o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações adaptativas significativas em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidado, vida doméstica, habilidades sociais, interpessoais, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais – DSM IV, 4ª edição, 1.994). Este público necessita de um programa de atendimento específico voltado para a inserção social e familiar desenvolvido por meio de atividades funcionais e treinamento das necessidades humanas básicas de sobrevivência, como o controle de esfíncteres, alimentação, higiene e vestuário. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), no Brasil existem 24,5 milhões de pessoas com deficiência, o que equivale a 14,5% da população. O cenário revela que 48,1% corresponde a deficiências visuais, 22,9% a deficiências motoras, 16,7% a deficiências auditivas, 8,3% a deficiências mentais e 4,1% a deficiências físicas (Federação Nacional das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES, 2009). A CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1992) relata em estudos que 70% das deficiências podem ser prevenidas, pois decorrem de fatores como a pobreza, miséria, desinformação, precariedade dos serviços de atenção primária à saúde, falta de saneamento básico, desnutrição entre outros. Ainda relata que o custo social da ausência de uma política de prevenção primária e secundária de deficiências acarreta gastos de 12.452 dólares anuais para a manutenção de cada pessoa com deficiência. Em contrapartida, o custo anual de prevenção primária “per capita” é de 20 dólares e da prevenção secundária de 600 dólares.

São os níveis de atuação preventiva: Prevenção Primária: não permitir a instalação de deficiências; Prevenção Secundária: uma vez instalada a deficiência, realizar o

diagnóstico precoce e iniciar o tratamento visando prevenir seqüelas permanentes; Prevenção Terciária: proporcionar atendimento digno, decente e adequado às pessoas com deficiência, para que as seqüelas não sejam agravadas e que essas pessoas não sejam estigmatizadas e precariamente integradas a sociedade (CORDE, 2001).

Material e metodologia

O presente trabalho trata do relato de experiência que busca apresentar um Plano de Ação elaborado para construção e execução de um Programa de Prevenção às Deficiências. São os objetivos do programa: 1. Divulgar os resultados do estudo diagnóstico; 2. Informar e orientar sobre medidas preventivas a comunidade local; 3. Informar e orientar sobre medidas preventivas a comunidade escolar; 4. Desenvolver ações de prevenção secundária e terciária aos educandos da entidade; 5. Buscar informações na área da saúde que subsidiem o grupo da Prevenção e 6. Participar dos espaços de Controle Social nas diferentes esferas de governo que tratam da temática.

Para subsidiar o programa, pioneiro no Estado, um estudo retrospectivo traçou a trajetória das mães dos 107 educandos no período de Pré-Natal, Parto e Puerpério, bem como o universo das pessoas com deficiência, suas dificuldades e necessidades contribuindo expressivamente para a estruturação e elaboração das diretrizes do PPDE. O Projeto Palestra Básica de Prevenção às Deficiências consiste na informação sobre medidas de prevenção às deficiências, que subsidiará os demais projetos de atenção secundária e terciária a serem ofertados aos parceiros da entidade e outras empresas. Inicialmente um filme de curta duração sobre a vida de uma pessoa com deficiência e familiar, busca sensibilizar os participantes. Em seguida, um pré-teste é aplicado e o conteúdo programático desenvolvido de forma expositiva e dialogada é apoiado pela apresentação em PowerPoint. O conteúdo da palestra é distribuído aos partícipes e um pós-teste para monitoramento e avaliação é aplicado. Nos eventos de ação social também esse material é distribuído. Com duração média de 60 minutos, o conteúdo da palestra busca informar quais as ações básicas preventivas que toda pessoa em idade reprodutiva deve adotar antes da concepção, durante o período gestacional, parto e puerpério.

Resultados e discussões

No primeiro semestre de 2011 o projeto realizou seis palestras em cinco instituições contemplando 134 participantes. O percentual comparativo entre o pré-teste e o pós-teste



aplicado demonstrou um aproveitamento de 59% dos partícipes. Ainda no primeiro semestre, o projeto participou de um evento de ação social que atingiu mais de 200 pessoas da comunidade.

Conclusão

Deve ser considerada estratégica a parceria da UFPR com o terceiro setor, especificamente a AFECE, pois permite as bolsistas do projeto Centro de Cuidados de Enfermagem pensar na possibilidade da construção de um novo modelo de saúde com bases na promoção e prevenção de doenças.

O percentual de 59% de aproveitamento dos participantes é significativo e a mudança de paradigma está presente nas ações estratégicas propostas no Plano de Ação do Grupo de Prevenção. Além de dar visibilidade à entidade, buscar novos parceiros, aproximar-se da comunidade, contribuir com o projeto de extensão da UFPR, o projeto favorece o crescimento profissional das bolsistas por meio do exercício da autonomia profissional do Enfermeiro no cenário da Educação em Saúde, rico de desafios e possibilidades.

Referências

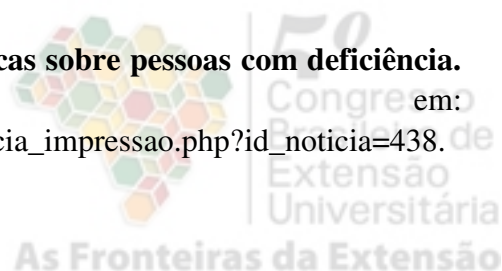
CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Ministério da Justiça. **Relatório sobre a Prevalência de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens**. Sistematização e Análise dos dados: Ângela Teixeira e Fátima Oliveira. Niterói – RJ, 2001. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/pdf/Rel_Pesquisa.pdf > Acessado em 05/10/09 às 9h45min

DSM IV. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Estatutos**. 2009. Disponível em <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivos.phtml?t=10013>> Acesso em: 30 out. 2009.

IBGE - **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acessado em 19/06/2009 às 15h23min.

IBGE; CORDE. **Encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência. 2004**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=438. Acessado em 19/06/2009 às 15h27min.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE FÍSICA: UM NOVO OLHAR SOBRE OS RECURSOS DE ENSINO

Área temática: Educação

Responsável pelo trabalho: Lucia da Cruz de Almeida

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Lucia da Cruz de Almeida¹; Karla Silene Oliveira Marinho²; Carolina Teresa de Araújo Xavier³; Leandro Santos de Assis⁴; Vitor Rodrigues Pinto⁵; Geisa Maria Sousa Nascimento⁶

⁽¹⁾ UFF- Instituto de Física; ⁽²⁾ UFF- Licenciada e Bacharelada em Física; ^(3, 4, 5 e 6) UFF- Licenciandos em Física

Resumo

A legislação brasileira prevê a transversalidade da Educação Especial nos diferentes níveis educacionais, de modo que todos os alunos tenham garantido o acesso e a permanência nas escolas da rede regular de ensino. No contexto escolar, diversos são os fatores que dificultam a prática da inclusão, dentre os quais se sobressai o despreparo dos professores. Esse despreparo advém, geralmente, das Licenciaturas, já que os currículos não têm favorecido uma formação condizente com os pressupostos da educação inclusiva. Um dos caminhos que se apresenta para que, em curto prazo, ocorram mudanças na prática docente se refere a ações que intensificam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, neste trabalho, são apresentados os principais resultados alcançados na a partir da criação de um Grupo de Estudo (GE), no Instituto de Física da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujas ações passaram a se desenvolver no âmbito de um projeto de extensão, voltado para a formação de professores de Física aptos a práticas pedagógicas condizentes com a perspectiva da inclusão de alunos com deficiências sensoriais. Os resultados alcançados permitiram a ocupação de espaços pedagógicos que favoreceram a construção e a disseminação de conhecimentos que têm contribuído para mudanças de mentalidade, proposição e implementação de atividades voltadas para a formação inicial e continuada de professores-educadores comprometidos com uma educação para todos.

Palavras-chave: Deficientes Sensoriais; Ensino Inclusivo de Física; Recursos Didáticos.

Introdução



A política educacional brasileira, ao estabelecer o direito a uma educação de qualidade para todos, avançou no sentido de garantir o acesso e a permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) na rede regular de ensino. Contudo, essa garantia não significa que nas escolas esteja ocorrendo ações afirmativas em prol da inclusão. Diversos são os fatores que dificultam às práticas educacionais inclusivas, dentre os quais se destaca o despreparo do professor. De acordo com Duk (2006)

a maioria dos docentes formou-se e continua sendo formada com base em uma perspectiva tradicional homogeneizadora da ação docente que se centra na transmissão de conhecimentos teóricos e fragmentados entre si, os quais tendem a não apresentar relevância social tanto para a escola como para o estudante [...] a formação inicial e continuada de professore(a)s se caracteriza por uma relação pobre com os problemas e as situações enfrentadas pelos docentes nas suas práticas de sala de aula ou na vida escolar (p.22).

Se por um lado percebemos o aumento no número de alunos com NEE matriculados nas classes comuns do ensino regular, cerca de 9 vezes maior que em relação a 1998, por outro, notamos que na escola ainda há muito a ser feito para que de fato ocorra um processo educativo que contemple às diferenças individuais.

A Universidade, instituição responsável pela formação de professores para as diferentes áreas do conhecimento, não pode ficar alheia às novas demandas do contexto escolar. Temos ciência de que a reestruturação curricular das Licenciaturas é um processo difícil e lento, pois depende do coletivo de seus profissionais. Geralmente, essa reestruturação é antecedida por um período de discussões e convencimento do quanto às mudanças são necessárias para a melhoria da formação de seus futuros egressos.

Assim, do mesmo modo que SANCHES e TEODORO (2007) propõem que as ações educacionais inclusivas se iniciem com as condições que o contexto escolar oferece, tomamos como princípio que, na Licenciatura em Física da UFF, a necessidade de criação e/ou ocupação de espaços pedagógicos que, além do favorecimento à reflexão, à construção e à disseminação de conhecimentos, pudessem contribuir para mudanças de mentalidade, proposição e implementação de currículos voltados para a formação de professores-educadores comprometidos com uma educação de qualidade para todos.

Em 2007, esse princípio balizou a criação de um GE sobre educação inclusiva e ensino de Física. Naquela ocasião, definimos as deficiências sensoriais como objeto de estudo do GE e vinculamos suas ações a dois projetos, um de ensino¹, voltado para a

¹ Formando o professor de física com perspectiva construtivista e de inclusão social.

iniciação à docência, e o outro, de extensão², voltado para a formação continuada de professores a partir da produção e divulgação materiais didáticos diversificados.

Alicerçado em resultados decorrentes de pesquisas voltadas para a inclusão de alunos com deficiências sensoriais (visão e audição) em escolas da rede regular e em aulas de Física das classes comuns, os componentes do GE, docentes e licenciandos em Física da UFF, se familiarizam com questões relativas à inclusão nas escolas, de modo a manter um diálogo com aqueles que lá estavam.

A manutenção das atividades do GE possibilitou uma produção acadêmico-científica significativa, de maneira que ações articuladas com o projeto de extensão se apresentaram como favoráveis para contribuir na melhoria do fazer docente de outros professores interessados na prática de planejamentos pedagógicos em prol da educação inclusiva. Assim, a partir de 2009 essa produção passou a ser divulgada *Internet*.

Apoiado no princípio da indissociabilidade entre a pesquisa, a extensão e o ensino, o GE, em 2010, se consolidou institucionalmente (UFF) como um projeto de extensão³, possibilitando, dentre outros aspectos, o melhor atendimento às especificidades da educação inclusiva e à demanda de professores e alunos da Educação Básica.

Assim, ao considerarmos que um dos caminhos facilitadores para a consolidação da educação inclusiva nos contextos escolares é a formação inicial e continuada de professores, descreveremos os principais resultados alcançados pelo GE nos últimos quatro anos, com o intuito de que sua divulgação possa vir a colaborar com iniciativas de outras Instituições de Ensino Superior, de maneira que, em um futuro breve, a incorporação dessas iniciativas como componentes curriculares das Licenciaturas favoreçam práticas docentes inclusivas e, conseqüentemente, um ensino de qualidade para todos.

Material e Metodologia

As primeiras atividades do GE consistiram no estudo de bibliografia pertinente à educação inclusiva e ao ensino de Física na perspectiva da inclusão de alunos com deficiências sensoriais. Compreendida como um processo de aprendizagem reflexiva, essa etapa despertou nos componentes do GE o interesse pelas questões concernentes às NEE visuais e pela produção de recursos didáticos voltados para a inclusão de não-videntes em aulas de Física de classes comuns/rede regular.

² Divulgação de propostas para o ensino de física.

³ Educação Inclusiva e a Formação do Professor de Física, PROEX/UFF.

Paralelamente ao planejamento e à produção de material didático que explora a contextualização dos conteúdos, as concepções prévias dos alunos, o trabalho coletivo e a abordagem experimental na construção do modelo científico, os componentes do GE realizaram visitas a escolas da rede pública estadual, a fim de possibilitar, à luz dos referenciais teóricos a familiarização com as questões relativas às práticas educativas inclusivas no contexto escolar.

A partir de 2009, o GE ampliou suas atividades de modo a possibilitar a inclusão de alunos surdos. Para tanto, optou pela a produção de vídeos didáticos monoconceituais de Física, de curta duração e com legenda em LIBRAS, cujo uso em sala de aula está condicionado à mediação do professor, já que privilegiam a explicitação de concepções prévias, a elaboração de hipóteses, o conflito cognitivo e a evolução conceitual.

A partir de 2010, as atividades do GE passaram a se desenvolver em parceria com a equipe da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho, escola pública estadual, localizada em Niterói – RJ, possibilitando, além da verificação do potencial do material didático produzido junto a alunos com deficiências sensoriais, o delineamento e a produção de um novo tipo de recurso – áudios de textos paradidáticos que exploram o lúdico sem a perda da qualidade científica.

Resultados e Discussões

Em quatro anos e meio, além de se constituir como um projeto institucional de extensão, o GE produziu um acervo de material didático, que inclui a construção de *Kits* experimentais, adequado à inclusão de alunos com NEE visuais e auditivas em aulas de Física das classes comuns, composto por: sete atividades teórico-experimentais (movimento retilíneo uniforme e uniformemente variado, condução térmica, condutores e isolantes elétricos, ondas sonoras, resistores elétricos, empuxo e força); 5 vídeos com legenda em LIBRAS (queda dos corpos, dilatação térmica superficial, dilatação e contração térmica do ar, condução térmica e condutores elétricos); três áudios (evolução histórica do conceito de calor, modelo ondulatório da luz e Termofashion - dramatização sobre os conceitos da Termodinâmica).

O desenvolvimento das atividades em colaboração com a equipe e alunos da SRM tem permitido explorar um outro aspecto metodológico, por nós denominado de produção de material didático para e com alunos com NEE. Assim, em relação às atividades teórico-práticas, os alunos da SRM assumem o papel de assessores na verificação do potencial das

mesmas no processo de percepção e compreensão do fenômeno, enquanto que na produção dos vídeos, o papel de intérpretes das legendas em LIBRAS e nos áudios, o de locutor. É perceptível o envolvimento dos alunos da SRM em todas as etapas das atividades, que as avaliam como iniciativas importantes no processo de inclusão escolar.

Em relação à formação de professores, os resultados são significativos. O conhecimento adquirido, dentre outros aspectos, possibilitou: o enriquecimento de planejamentos de disciplinas obrigatórias da Licenciatura em Física da UFF; a oferta, em 2011, da disciplina optativa Projetos de ensino de Física para a sala de aula inclusiva; o desenvolvimento de um trabalho monográfico de fim de Curso de Graduação; a interação com outros interessados em educação inclusiva, através da veiculação na *Internet* (www.ensinodefisica.net), dos materiais didáticos produzidos.

Considerações Finais

Os resultados alcançados permitem afirmar que a consolidação da educação inclusiva no ensino regular depende fortemente de mudanças na ação docente dos professores e do reconhecimento de que as mudanças em prol da educação inclusiva trarão melhorias para o processo formativo de todos os alunos. Além disso, ratificam a importância das ações extensionistas nesse processo de consolidação.

Referências

- DUK, Cynthia. *Educar na diversidade: material de formação docente*. 3. ed., Brasília: [MEC, SEESP], 2006. 266 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>> Acesso em: 23 julho 2009.
- GLAT, Rosana; Pletsch, Márcia Denise. O papel das universidades frente às políticas públicas para educação inclusiva. *Revista Benjamin Constant*. Ed. 29, Dezembro, 2004. Disponível em: <www.ibc.gov.br/.../Nossos_Meios_RBC_RevDez2004_Artigo1.rtf>. Acesso em: 20 março 2009.
- SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. *Revista Portuguesa de Educação*, 2007, 20(2), p. 105 -149. Universidade do Minho.

LIVROS DE OUVIR – PARA MUITO CONHECER!

Área Temática: Educação

RIBEIRO, Felipe Franklin Medeiros. ¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DLET /CCHLA /UFRN)

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. ²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CE/UFRN)

RESUMO

O Projeto "Livros de ouvir - para muito conhecer" constitui-se em uma iniciativa de inclusão educacional e social, que permitirá a utilização da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte não só por aqueles estudantes que enxergam através do órgão da visão, mas também por aqueles que estão na condição de cegueira ou de baixa visão. O objetivo geral do projeto é compor uma audiobiblioteca com textos e livros gravados sobre diferentes temáticas trabalhadas, principalmente, no curso de Pedagogia. A metodologia utilizada se dá a partir da seleção do material de diferentes disciplinas do curso, a ser audiogravado por alunos bolsistas e alunos voluntários. O resultado do trabalho desenvolvido beneficiará não só os alunos com deficiência visual, mas também seus professores que poderão disponibilizar, em tempo hábil, textos e livros que utilizam em suas disciplinas para que o aluno cego ou com baixa visão, possam lê-los e participar das aulas ativamente. De igual modo beneficiará todos aqueles estudantes que não tem deficiência visual, mas queiram optar, por qualquer razão, pela leitura escuta de textos e livros em áudio, no contexto universitário.

Palavras-chave: Deficiência visual; audiolivro; contexto universitário.

INTRODUÇÃO

Uma sociedade para tornar-se inclusiva deve ter como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e independente. Portanto, essa sociedade deve reconhecer todos os seres humanos como cidadãos, com direito a exercer sua cidadania. Ao espaço universitário essa premissa se constitui fundamental, visto ser um fomentador de saberes imprescindíveis, também, para a constituição de práticas inclusivas. De acordo com Moreira (2005), a primeira iniciativa por parte do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e da Secretaria de Educação Especial (SEESP) com relação ao aluno com necessidades educacionais especiais no

¹ Aluno de graduação do curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, Departamento de Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFRN. Bolsista do projeto de extensão: LIVROS DE OUVIR – para muito conhecer! financiado pela Pró-reitoria de Extensão-PROEX/UFRN.

² Professora Doutora do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação, Centro de Educação/UFRN. Coordenadora do projeto de extensão: LIVROS DE OUVIR – para muito conhecer! da Pró-reitoria de Extensão-PROEX/UFRN.

Ensino Superior ocorreu com a publicação da Portaria n°. 1793/1994, que recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas, e a inclusão de conteúdos relativos a essa disciplina em cursos da saúde, no curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com suas especificidades. Em 1996, as Instituições de Ensino Superior (IES) receberam o Aviso Circular n°. 277 do Ministério da Educação/Gabinete Ministerial (MEC/GM) que sugere encaminhamentos para o processo de ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior, sobretudo no concurso vestibular, e chama a atenção para as Instituições desenvolverem ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais, de infraestrutura, de capacitação de recursos humanos, de modo que promovam a permanência, de qualidade, a esses alunos nos contextos universitários.

O Projeto Audiobiblioteca: LIVROS DE OUVIR – para muito conhecer! foi elaborado na perspectiva de constituir-se em um investimento da UFRN em tecnologia educacional, visto trazer uma inovação, em seu contexto, para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência visual: o recurso auditivo.

É importante ressaltar que a aprendizagem não ocorre apenas pela visão. Uma perda visual moderada é suficiente para dificultar a aprendizagem, bem como a pessoa cega que por sua vez, apresenta uma “alteração grave ou total de uma ou mais funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente” (SILVA, 2004), ratificando, assim, a importância do sentido da audição, bem como dos demais sentidos, na absorção do conhecimento. O audiolivro, por sua vez, se constitui em um instrumento valioso de inclusão social, pois permite informação imediata dos mais variados temas históricos e contemporâneos. Além disso, o audiolivro é economicamente viável ao usuário, de fácil acondicionamento e manuseio, sendo capaz de atender a um público heterogêneo de ouvintes.

MATERIAL E METODOLOGIA

Para a execução do projeto recorreremos, inicialmente, a uma oficina destinada aos participantes do mesmo, na qual foram recebidas orientação de um profissional da área de Comunicação para o uso adequado da voz e para a utilização dos equipamentos de gravação.

A seleção do material a ser gravado foi feita pela coordenadora do projeto, inicialmente, junto aos professores que lecionam aos estudantes cegos e com baixa visão do Curso de Pedagogia. Constando, pois, de: a) livros da bibliografia básica e complementar das disciplinas do curso; b) textos utilizados pelos professores nas disciplinas. Posteriormente, serão selecionados: c) livros de leitura básica para a construção do conhecimento dos demais cursos onde se encontram os estudantes cegos e com baixa visão; d) livros da bibliografia básica e complementar das disciplinas dos cursos; e) artigos produzidos pelos acadêmicos e docentes dos cursos; f) livros da Base de Pesquisa sobre Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, da UFRN.

Após a seleção, o material foi distribuído aos alunos bolsistas e voluntários que se encarregam de gravá-los. Cada texto gravado é submetido à avaliação e tratamento da gravação. Nas gravações estão e serão respeitados os direitos autorais. Os autores serão citados durante no início de cada material gravado e os seus nomes, assim como, os nomes dos responsáveis pela gravação estarão impressos na capa dos CD's.

Os CD's gravados serão reproduzidos e disponibilizados na Biblioteca Central Zila Mamede, da UFRN e divulgados para a comunidade acadêmica pelo site da Comissão Permanente de Apoio aos estudantes com necessidades educacionais – CAENE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto está previsto para acontecer de maio a dezembro de 2011, com projeção de renovação junto a Pró-reitoria de Extensão – PROEX. Portanto, tendo em vista o curto tempo de iniciação do projeto, maio de 2011, foram realizadas as seguintes etapas determinadas contidas no cronograma geral do projeto:

- Oficina para uso correto da voz e para a utilização dos equipamentos de gravação.
- Seleção de textos da disciplina: Introdução à Educação Especial e Educação Especial em uma perspectiva Inclusiva;
- Gravação de textos.

O quadro abaixo ilustra todo o cronograma do projeto para o ano de 2011, demonstrando que no mês de novembro, ou seja, na realização do 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, estaremos na fase de apresentação do projeto nos eventos da área de educação inclusiva:

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES								
2011								
ATIVIDADE	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO DO PROJETO PARA INTEIRAR-SE DO MESMO SELEÇÃO DOS PRIMEIROS ARTIGOS PARA GRAVAÇÃO;	█							
ESTUDO DE TEXTO SOBRE LIVROS EM AUDIO GRAVAÇÃO DE ARTIGOS DA DISCIPLINA INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO ESPECIAL		█						
REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DO ANDAMENTO DO PROJETO			█					
PARTICIPAÇÃO EM OFICINA DE PRODUÇÃO DE AUDIOLIVROS		█						
GRAVAÇÃO DE ARTIGOS E LIVROS PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO			█	█	█	█	█	
RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS								█

De início podemos apontar dificuldades para a execução do projeto no sentido da demora da universidade em disponibilizar bolsista, o que veio a acontecer em meados do mês de maio; o descomprometimento por parte de colaboradores do projeto; falta de um estúdio para a gravação dos textos, o que está sendo realizado em ambiente não apropriado. Mas, também, podemos apontar as benesses que o projeto desponta: envolvimento do aluno bolsista e as aprendizagens que vem adquirindo, a certeza de que estaremos contribuindo para a efetivação da política de inclusão que a UFRN vem encampando e, também, para o acesso aos textos trabalhados nas disciplinas indicadas, também em áudio, o que até agora vinha acontecendo via digitalização.

CONCLUSÃO

As universidades e as instituições de ensino superior (IES), no Brasil, precisam se armar de ações que permitam aos seus alunos, em particular, aqueles que necessitem de acompanhamento educacional especializado, a possibilidade de sentirem-se incluídos no contexto universitário.

As ações desenvolvidas pelas IES devem envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Vale salientar que o Projeto Audiobiblioteca: LIVROS DE OUVIR – para muito conhecer! se propõe a alcançar não só pessoas com deficiência visual, mas também toda

a comunidade acadêmica, pois acreditamos que é dessa forma que se constitui, verdadeiramente, o processo de inclusão dentro de qualquer instituição.

Enfim, com esse projeto, propomo-nos a ajudar a promover um ensino de qualidade com inclusão social, contribuindo, portanto, para a aceleração da política de inclusão da UFRN.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994.**
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.**
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2007.
- BRASIL. Convenção dos Direitos das Pessoas com deficiência. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Aviso Circular nº 277/MEC/GM, de 8 de maio de 1996.**
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no 10.048, de 08 de novembro de 2000.**
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**
- Tese (Doutorado MOREIRA, L.C. **In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão.** In: Revista Educação Especial. Santa Maria, n. 25; p. 37-47, ago. 2005.
- SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Inclusão, uma questão, também, de visão - O aluno cego na escola comum.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

MÃES E PAIS CUIDADORES DE DEFICIENTES: A REDESCOBERTA DO TEMPO PARA SI E DE SI COMO SER DANÇANTE

Área temática: Educação

Responsável pelo trabalho: Erineusa Maria da Silva

Instituição: Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/UFES).

Autoras: 1. Erineuza Maria da SILVA; 2. Ayla Giostri RIBEIRO; 3. Josyane Pereira da SILVA.

RESUMO

Este relato de experiência trata da intervenção pedagógica realizada no semestre 2011.1 com o projeto “Cuidadores que dançam”, vinculado a ATIF em Linguagens II: Danças sociais de salão, história e diversidade humana, em parceria com o LAEFA (Laboratório de Educação Física Adaptada). O projeto atende aos cuidadores dos jovens e adultos que apresentam deficiência e, que estão inscritos neste laboratório. A ATIF compõe a matriz curricular do curso de Educação Física da UFES podendo se apresentar como um espaço de aproximação do estudante a realidade de sua atuação profissional, o que reforça sua formação na medida em que o coloca em posição e situação de refletir e repensar a relação teoria- prática na atuação do professor de Educação Física. O objetivo das intervenções foi proporcionar aos cuidadores a experiência com a prática corporal dança de salão no tempo em que seus filhos estivessem realizando atividades no LAEFA. A intervenção se orientou pela perspectiva apontada pela autora Maria Inês Galvão (2011), segundo a qual educamos para e pela dança; e por Isabel Marques (2008) quando propõe a ressignificação das práticas em dança denominadas “criativas”. A Dança para esse grupo, além de ter se apresentado como uma educação para a dança de salão e expressão corporal, onde puderam exercer a fruição de outra estética possível, também se constituiu como um espaço no qual puderam se deslocar da rotina de ser um cuidador/a do outro a todo o tempo e ter um tempo para se redescobrir como ser dançante.

Palavras-chave: dança de salão, cuidadores de deficientes, redescobertas.

Considerações Iniciais

A formação de profissionais de Educação Física requer um ensino e aprendizado qualificados tanto para a competência que envolva o saber ser como para o saber fazer docente. Em que pese entendermos que o saber constituído na experiência escolar anterior a universitária ser muito marcante e que dificilmente a formação universitária consegue transformá-la (TARDIF, 2008), acreditamos na aproximação ao espaço de atuação ainda na Graduação como forma de estabelecer problematizações na relação teoria-prática como estimuladoras de uma prática cada vez mais consciente e menos espontânea.

Nessa linha, o curso de Educação Física do CEFD/UFES¹ desenvolve atividades que estão no eixo da prática como componente curricular na qual as ATIF's² podem se apresentar como um espaço privilegiado de aproximação do estudante a realidade de sua futura atuação. Essa aproximação potencializa a formação na medida em que pode lhe conferir uma oportunidade singular de problematizar seus conhecimentos teóricos, ou seja, de estabelecer correlações entre o referencial teórico e as situações vividas no cotidiano de atuação do professor de Educação Física. A ATIF se coloca como um ambiente propício de reflexão e ação no qual se busca superar a dicotomia que existe entre teoria e prática, entre conhecimento e trabalho e entre a educação e a vida, sendo a extensão um espaço privilegiado para tal.

Assim, propusemos o encontro entre o ensino e a extensão, criando no semestre 2011/1, uma ATIF (Linguagens II: Dança sociais de salão, história e diversidade humana) que atenderia ao Projeto “Cuidadores que dançam”, também criado no mesmo semestre. A idéia do projeto surgiu a partir da atenção dos coordenadores do LAEFA³ ao desejo expresso pelos cuidadores, em sua maioria mães, dos jovens e adultos com deficiência que participam dos seus projetos. Esses cuidadores apontaram o desejo de realizarem atividades no momento em que seus filhos estivessem nas aulas oferecidas pelos projetos vinculados ao LAEFA, visto que durante esse tempo de espera não realizavam nenhuma atividade que não o crochê, o tricô ou a conversa, que geralmente se dava em torno das deficiências dos filhos e/ou parentes.

O relato objetiva apresentar a experiência realizada a partir desse encontro do ensino e da extensão, evidenciando nossas apreensões sobre o processo vivido pelos cuidadores de jovens e adultos com deficiência nesse projeto que envolve a Dança de salão.

Perspectiva que nos orienta

A ATIF, que ocorre com dois encontros na semana (um para planejar e outro para atuar) se apresenta como um espaço aberto de discussões e no qual os alunos têm a possibilidade de decidir a forma de atuação, sob orientação da professora responsável pela disciplina. Assim, o grupo de alunos da disciplina ATIF entrou em consenso a respeito do conteúdo que seria tratado com os cuidadores dos alunos do LAEFA que foi a experimentação das diferentes formas de dança de salão.

O conteúdo seria orientado de uma forma geral pela perspectiva apontada por Souza (2011) de educação para e pela Dança. A autora problematiza a educação para dança, na qual se resume numa educação onde o conhecimento para a dança abre espaço para a criação e transformação dos sujeitos. A educação pela dança se resume nos benefícios que a dança traz para os sujeitos, abrindo espaço para a transformação de identidades culturais sendo capaz de produzir possibilidades de “relações entre arte, ensino, sujeito e sociedade” (SOUZA, 2011, p.9).

De forma mais específica fundamentamos o trabalho com o conteúdo Dança de salão pela perspectiva apontada por Marques (2005) pela qual os sub-textos, textos e contextos da Dança se articulam a partir dos contextos dos alunos. Com relação aos sub-textos são os elementos estruturais da dança (música, ritmo e movimento e seus fatores) e ao elementos sócio-afetivos-culturais; por sua vez, os textos são os repertórios existentes

¹ Centro de Educação Física e Desportos da universidade Federal do ES.

² Atividades interativas de Formação.

³ Laboratório de Educação Física Adaptada do Centro de Educação Física e Desportos da UFES.

de dança, as improvisações e as composições coreográficas; e o contexto da própria dança aqueles vinculados a história da dança, o conhecimento anatômico vinculado a Dança dentre outros.

Essas opções se dão pelo entendimento de que a Dança e o dançar podem ser ressignificados. É fato que a Dança a priori fazia parte das tradições populares, do cotidiano, da vida, era uma manifestação coletiva. Com o tempo a dança foi codificada, perdendo seu caráter popular, e ocupando os salões das cortes com novos significados. Houve um refinamento dos gestos das danças e uma alta complexificação técnica, criando-se assim conceitos de diferenciação da danças da elite e popular, ou seja, a forma mais adequada de dançar (SOUZA, 2011). A padronização e metrificação do movimento, bem como a perfeição na execução do gesto, levam a falsa sensação de que quem não se enquadra nesses moldes não sabe dançar. Tal fato inibe e na maioria das vezes impede a vivência da dança.

Possibilitar a prática da dança aliada a educação para e pela dança, não só oportuniza a reconstrução e ressignificação da dança como também pode ser uma rica experiência para os sentidos do corpo, influenciando na percepção das coisas do mundo da vida (SOUZA, 2011).

Organização das intervenções

A disciplina ATIF adotou a seguinte organização de seu tempo de 60 horas no semestre: na terça-feira fazíamos o planejamento da aula e vivenciávamos formas de dança de salão que seriam tratadas nas intervenções com o Projeto “Cuidadores que dançam”; e toda quinta-feira ocorria a intervenção propriamente dita.

As intervenções se iniciaram em 24 de março e estamos até o presente momento atuando com as mães/pais dos jovens e adultos com deficiência que participam dos projetos de extensão do LAEFA. Os sete alunos responsáveis pelas intervenções se revezam entre as tarefas de planejar, ministrar, relatar e filmar as aulas segundo um cronograma mensal previamente discutido nas aulas de planejamento das terças feiras. Os demais alunos auxiliam na intervenção junto às mães/pais, fazendo o papel de parceiro de dança.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a observação participante, videogravação das sessões, fotografias e registros por meio de relatórios das intervenções. Os dados parciais aqui apresentados foram analisados por categorização de elementos que se apresentaram como recorrentes nas aulas e falas dos participantes.

A experiência fala por si, e nós falamos sobre ela

Antes de apresentar a experiência realizada durante essa ATIF evidenciando nossas apreensões sobre o processo vivido pelos cuidadores é preciso destacar a preocupação que o grupo teve em escolher e desenvolver as atividades propostas em cada uma das aulas. Todo o processo foi marcado pelo objetivo de promover interesse dos participantes do projeto de Dança de salão, de modo a estimular a participação e inclusão de todos durante a realização das aulas. Evidenciou-se, nesse sentido, uma metodologia que apesar de se preocupar com o aprendizado de cada forma de Dança, buscou incentivar o se-movimentar de forma criativa. Também se destacou o respeito ao movimento dançante de cada um, evitando-se enquadramentos entre um dançar “certo” e “errado”, entendendo-se cada uma dessas pessoas como singulares. Talvez por isso, a dança de salão tenha sido bem recebida pelas mães e pais apesar da maioria afirmar não saber dançar.

As aulas propriamente ditas: o início

Quando iniciamos nossas aulas inquirimos qual o conhecimento que tinham sobre a prática da dança de salão. Ao concluirmos que poucos haviam tido vivência com essa forma de dança, decidimos começar nossas intervenções por um estilo que supostamente teriam vivenciado, já que é uma forma bastante popular no Brasil – o forró.

Percebemos uma grande ansiedade nos participantes para aprender mais sobre dança de salão. Isso se concretiza, por exemplo, na fala da participante A: “eu quero aprender a sambar”.

A partir dessas primeiras apreensões, decidimos trabalhar as aulas da seguinte forma: cada aluno fica responsável por um plano e depois o mesmo é discutido pelo grupo e a partir de sugestões, o responsável pelo plano faz as alterações acordadas. Além disso, cada aula é filmada e relatada, para posteriormente ser discutida com os alunos/as responsáveis pelas intervenções. Discute-se sobre quais as dificuldades, como está o processo de aprendizagem dos participantes e sobre os procedimentos adotados. Os planos são preparados pensando sempre em lidar com as dificuldades, ajudando a compreender e a desenvolver o dançar dos sujeitos, lembrando que não há interesse em que dancem como profissionais, mas apenas que vivenciem cada forma de dança de salão. A cada nova aula revisamos a anterior para reforçar o que aprenderam.

Recentemente adotamos a exibição de vídeos, para que possam visualizar cada forma de dança de salão. Os vídeos apresentados são ferramentas que possibilitam a contemplação das mãos e pés a respeito da dança realizada por profissionais, e sobre a qual tem pouco contato; sem vislumbrar a busca por uma perfeição gestual ideal.

“Aqui Não Tem Problema Errar?!”

No primeiro dia de intervenção durante a realização de uma das atividades planejadas, o participante B, sentou-se e observou a aula durante um tempo até ser convidado a participar da roda de dança. Relutou em entrar dizendo não sabia dançar, a aluna responsável pela aula disse que todos estavam ali naquele momento aprendendo a dança e que naquele espaço de dança não havia problema nenhum em errar, então o pai perguntou: “Aqui não tem problema errar?”, e a aluna reafirmou: “Não”; o pai então entrou na roda.

O fato de poder errar, de dançar do seu jeito sem cobrança, de vivenciar e apreciar o momento de dançar motivou o pai a participar da roda de dança. Após algumas intervenções a esposa desse pai em conversa com um dos interventores expos que por diversas vezes a filha deles levou-o a aulas de dança. Entretanto, sempre se recusou a dançar e nunca se sentiu a vontade para dançar, fato que não ocorria nas aulas de dança do projeto.

A fala “Aqui não tem problema errar?!”, foi recorrente nas intervenções, evidenciando como o estigma da “forma correta de dançar”, está enraizado na dança e impede a vivência da mesma por constrangimento ou medo de errar.

Destaca-se no episódio relatado a importância do papel do professor/aluno responsável nas aulas de dança para construção e reconstrução de conceitos relacionados à dança, pois talvez sem tal intervenção o pai não tivesse vivenciado a dança e permanecido apenas como expectador.

“Quem Dança Seus Males Espanta?!”

Pensar a prática da dança nos remete a algo prazeroso, o que é afirmado no dito popular “quem dança seus males espanta”. No entanto, esse dito popular deve ser visto com ressalvas na medida em que, por vezes, a Dança traz desprazer. Exemplo disso é quando a prática da dança é obrigatória, como no caso de muitas meninas que são obrigadas pelas mães e pais a fazerem balé; o sentimento de prazer é substituído pelo sentimento de obrigação, de castigo.

Nas intervenções, a alegria se evidenciava nos sorrisos e gargalhadas constantes, o que trouxe veracidade ao ditado popular em nossa realidade de intervenção. Ao dançar as mães/pais expressavam muita alegria e ao final de nossas intervenções elas sempre falavam sobre a satisfação de estar dançando.

A participante C relatou que nunca havia dançado antes, pois quando jovem, seu pai a proibia de dançar, já que para ele dançar “não era coisa de moça direita”. O dançar para esta mãe, assim como para outras também, é espantar os males do passado, é reconstruir momentos de prazer antes negados, é vivenciar a prazer de movimentar-se ao som da música sem culpa, é se permitir viver.

Os momentos vivenciados pelas mães/pais nesse projeto foram elencados por elas como um dos poucos, senão os únicos, momentos de lazer que têm. Devido à intensa demanda de atenção de seus filhos, são poucos os momentos que elas têm de vivenciar o lazer. No momento, das aulas elas se permitiam “espantar seus males”, suas preocupações, seu cansaço e apenas relaxar, aprender e se divertir.

Considerações Parciais

Ainda que a intervenção com os cuidadores de jovens e adultos com deficiência seja muito recente, pode-se considerar que por meio da dança possibilitamos aos indivíduos a serem produtores de cultura podendo ser críticos, reflexivos e criativos com as diferentes possibilidades e formas de dançar.

A Dança para esse grupo, além de se apresentar como uma educação para a dança de salão e expressão corporal, onde podem exercer a fruição de outra estética possível, pretende fundamentalmente, ser um espaço no qual as/os participantes possam se deslocar da rotina de ser um “cuidador/a” do outro a todo o tempo e ter um tempo para redescobrir-se como ser dançante. O que pensamos estar conseguindo realizar por meio das intervenções.

Certamente que temos encontrado dificuldades de buscar caminhos a cada aula para que a criatividade seja a tônica das aulas, mas o trabalho em grupo diminui a ansiedade pessoal de cada aluno responsável pela intervenção. A responsabilidade na verdade acaba sendo de todo o grupo.

Referências bibliográficas

MARQUES, Isabel. **Ensino de dança hoje**: textos e contextos. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Maria Inês Galvão. **Arte, Cultura e Sociedade**: Uma rede intrigante para algumas reflexões sobre a Dança. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/33920290/38-Arte-Cultura-e-Sociedade-Uma-rede-intrigante-para-algumas-reflexoes-sobre-a-Danca>. Acesso em: 20 de março de 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

**PROJETO INFOACESSO – INFORMÁTICA PARA
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL
EDUCAÇÃO**

Cristina Paludo Santos

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Cristina Paludo Santos¹; Cristiane Ellwanger²; Cristiane Raquel Sausen³; Vanessa
Stangherlin⁴; Mônica Ruckhaber⁵; Yuri Killiam⁶

Resumo – A formação de portadores de deficiência visual para o acesso a tecnologia é uma ação extremamente necessária e importante para o desenvolvimento de suas potencialidades. No entanto, alguns cenários identificados na região das Missões estavam causando entraves no processo de inclusão digital de tais indivíduos. Nesta perspectiva, considerando a inexistência na região de práticas pedagógicas inseridas neste contexto e cientes de que a tecnologia deve beneficiar a todos, são desenvolvidas ações, por meio do projeto InfoAcesso, com vistas a promover aos portadores de deficiência visual o acesso, compreensão, utilização e operacionalização da tecnologia para o desenvolvimento de suas potencialidades. Acredita-se que, com isso, a tecnologia deixe de ser uma barreira e se torne significativa na vida do indivíduo. No contexto de extensão universitária, o projeto InfoAcesso direciona-se a práticas desenvolvidas em laboratório especializado, seguindo a abordagem (re)construcionista de ensino-aprendizagem, em turnos que não comprometem as atividades escolares. Não há limitação de idade do público-alvo atendido. As atividades são desenvolvidas por uma equipe composta por sete (7) integrantes e conta com o apoio do CNPq, da Empresa Eletrosul e do Governo Federal.

Palavras-chave – Inclusão digital; Portador de Deficiência Visual; Acessibilidade

Introdução

A busca constante pelo respeito e pela valorização da cidadania das pessoas com deficiência, de forma a promover os seus direitos, equalização das oportunidades e superação dos obstáculos sociais predominantes ao processo de inclusão é de extrema importância. É imprescindível concebê-la como participativa, integrada ao meio social, fortalecendo sua adaptação, potencializando aptidões, ampliando seu campo de

¹ Mestre em Ciência da Computação. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

² Mestre em Engenharia de Produção. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

³ Mestre em Ciências Biológicas. Professora e Vice-Diretora da Escola Estadual Ester Schroder

⁴ Acadêmica do Curso de Sistemas de Informação

⁵ Acadêmica do Curso de Ciência da Computação

⁶ Acadêmico do Curso de Ciência da Computação

oportunidades e colocando-a em igualdade de condições. Neste contexto é fundamental reconhecer a idéia de que, se por um lado há limitações em sua condição física, por outro lado sua capacidade, talento e personalidade se encontram preservados e cada vez mais fortalecidos.

Nesta perspectiva, a construção de uma sociedade com plena participação e igualdade tem como um de seus princípios a interação efetiva de todos os cidadãos. A informática tem sido uma grande aliada nesse processo, permitindo atravessar barreiras e quebrar obstáculos (Klein, 2006). Esta afirmação pode ser comprovada através de várias pesquisas já realizadas que demonstram que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) abrem novas janelas, amenizando assim a discriminação social.

Seguindo este raciocínio, Valente (2001) ressalta que a importância dos ambientes digitais é inquestionável no contexto de deficientes visuais e reforça ainda que desde a invenção do código braille, nada teve tanto impacto nos programas de educação, reabilitação e emprego quanto o recente desenvolvimento da Informática para os cegos.

Assim, considerando que tecnologia criada para indivíduos com deficiência visual já é fato, questiona-se como se estabelece a formação destes indivíduos para o acesso a esta tecnologia. Incluí-los no mundo digital significa permitir que os mesmos possam fazer parte dos que possuem habilidades no uso da tecnologia e com acesso às informações por meio de ferramentas tecnológicas. Somente estar presente nos cotidianos destes indivíduos é diferente de acessá-las, ou compreendê-las, utilizá-las e operacionalizá-las.

Neste contexto, encontramos-nos desafiados pela responsabilidade social com a alfabetização digital de portadores de deficiência visual, provendo por meio do Projeto InfoAcesso, subsídios para que o aprendiz tenha acesso à informação através do uso de programas computacionais que possam dar suporte a atividades educacionais e de trabalho, favorecendo a sua educação continuada e a sua capacitação para atividades profissionais.

Tendo como pressuposto este grande desafio e determinando-o como princípio norteador deste projeto, acredita-se que todo indivíduo é capaz de aprender e de participar da sociedade de forma dinâmica e participativa, mesmo possuindo limitações físicas. Além disso, pretende-se, sobretudo, a universalização e a democratização do conhecimento, de forma que os aprendizes participantes do projeto possam fazer uso do próprio conhecimento participando mais ativamente em seu grupo de atuação.

Material e Metodologia

Sedimentado em uma abordagem (re)construcionista de ensino-aprendizagem o Projeto InfoAcesso oferece ao aluno a capacidade de construir e reconstruir o conhecimento a partir das práticas vivenciadas em sala de aula. Essa abordagem é de extrema relevância por oferecer ao aluno a possibilidade de dimensionar o que realmente deseja aprender indo ao encontro deste saber que lhe parece necessário ao momento e à situação, descobrindo por si a porção e a profundidade do conhecimento a ser construído e reconstruído, conforme seus interesses e necessidades. Para Xavier (2007) a abordagem (re)construcionista oferece ao professor um referencial para analisar e fundamentar muitas das decisões que toma no planejamento e no decorrer do processo ensino-aprendizagem, como a extração de critérios para comparar materiais didáticos e para a elaboração de instrumentos de avaliação coerentes com o que está sendo ensinado. Para o autor, o professor que assim procede reconhece que as tecnologias digitais e a comunicação interativa ampliam incomensuravelmente a relação do sujeito com o saber e potencializa certas capacidades cognitivas (memória, imaginação, percepção e raciocínio) e as diferentes formas de expressão lingüística.

Desenvolvido desde o ano de 2008 e implementado como resultado de um estudo preliminar desenvolvido, o InfoAcesso está relacionado com as necessidades especiais de portadores de deficiência visual quanto ao uso de ferramentas computacionais. As ações propostas no projeto são desenvolvidas em laboratório especializado existente na instituição e direcionado, especificamente, para aulas práticas. As aulas são conduzidas por dois (2) integrantes da equipe com capacitação adequada à função que exercem. Além disso, as aulas são ministradas em turnos que não comprometem as atividades escolares, o que permite a participação de um número maior de pessoas nas atividades propostas.

São atendidos pelo projeto, prioritariamente, portadores de deficiência visual pertencentes à classe popular de baixa renda, com pouco ou nenhum acesso ao computador no ambiente de casa ou da escola. Além disso, os participantes devem estar alfabetizados não havendo restrições no que se refere à profissão daqueles que desejam participar do projeto.

Utiliza-se, atualmente, o sistema Dosvox nas aulas. A escolha por este software se justifica por dois fatores principais: primeiro por ser um software disponibilizado gratuitamente, possibilitando que escolas públicas e/ou deficientes visuais com baixa renda tenham facilidades na obtenção do mesmo e, segundo, por ser um software que apresenta

funcionalidades suficientes que permitem a interação do usuário cego com os recursos computacionais disponíveis e largamente utilizados no cotidiano. Quanto aos assuntos abordados os mesmos são adaptados de acordo com a faixa etária e interesse do público-alvo participante. Além disso, existe uma parceria entre o projeto e professores que atuam junto às escolas das quais os participantes são oriundos com vistas a buscar uma aproximação do trabalho realizado pelo projeto e a necessidade dos alunos em sala de aula.

São realizadas avaliações trimestrais tanto pelos alunos quanto pelos membros da equipe utilizando-se, para isto, um conjunto de indicadores que permitem realizar uma análise em relação a diferentes aspectos pertinentes ao projeto, dentre os quais citam-se: adequação da infraestrutura (física, tecnológica, humana e orçamentária), perfil dos participantes, práticas pedagógicas utilizadas, desenvolvimento de pesquisas sobre tema, repercussão do projeto na região, dentre outros.

Resultados e Discussões

O desenvolvimento e a implantação do Projeto InfoAcesso traz consigo significativas contribuições ao contexto das pessoas portadoras de deficiência visual e às pessoas com as quais elas mantêm relacionamentos e laços de afetividade. Estas contribuições têm causado impactos relevantes em diferentes contextos. No contexto social, o projeto InfoAcesso favorece o desenvolvimento dos participantes, ajudando a estimular atitudes e desenvolver habilidades que os tornarão mais capazes para a participação social cidadã e para a vida produtiva, além de promover o seu bom desenvolvimento afetivo, cultural e cognitivo, refletindo na família o movimento em espiral de inclusão social e a desmistificação do olhar da sociedade. No contexto regional, o projeto InfoAcesso vem ao encontro de ser um espaço inovador na região, uma vez que não existe ambiente com o perfil semelhante ao proposto neste projeto. No que se refere ao contexto econômico, por meio do projeto pessoas são preparadas para o mercado de trabalho. Por um lado, o projeto está proporcionando aos acadêmicos, membros da equipe executora, o contato com experiências pedagógicas diferenciadas. Já, por outro lado, está capacitando jovens com necessidades especiais quanto ao uso de recursos computacionais que poderão contribuir para sua vida e para as atividades diárias, incluindo, atividades profissionais. Por fim, no contexto pessoal, acredita-se que o projeto possa contribuir de forma significativa e positiva em aspectos relacionados à atitude social dos indivíduos, ao autocontrole, à receptividade social e à autoconfiança, por sentirem-se incluídos e capazes

de executar tarefas que antes lhe pareciam impossíveis de serem realizadas diante de suas limitações.

Além dos benefícios descritos, o projeto também permite uma maior aproximação da Universidade com a comunidade, alavancando possibilidades de ampliação de ações, aliando assim os esforços entre pesquisa, ensino e extensão.

Conclusões

A partir das atividades realizadas até o momento pode-se concluir que o projeto tem possibilitado um aprendizado significativo, tanto para os acadêmicos membros da equipe no que se refere a sua capacitação para o trabalho com o deficiente visual como, também para os portadores de deficiência visual que relatam as várias contribuições que o projeto proveu em suas vidas. Além disso, o projeto apresenta-se como uma referência nesta área de trabalho na região e tem impulsionado o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às tecnologias assistivas e vários trabalhos em disciplinas vinculadas aos cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação da instituição. Como ação futura pretende-se criar na instituição o CTA – Centro de Tecnologias Assistivas onde serão gerenciados os vários projetos em desenvolvimento relacionados ao uso das TICs na educação de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PPNE).

Agradecimentos especiais ao CNPq, à Empresa Eletrosul e ao Governo Federal pelo apoio financeiro concedido ao Projeto InfoAcesso.

Referências

XAVIER, 2007. Xavier, Antonio Carlos. **As tecnologias e a aprendizagem (re) construcionista do Século XXI**. Hipertextus- Revista Digital. Vol11, 2007. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume1/artigo-xavier.pdf>

VALENTE, J. A. Aprendendo para a vida: o uso da informática na educação especial. In: Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-42.

KLEIN, Carlos. A Informática abrindo novos horizontes para a Inclusão Digital e Social. In: IV Congresso Ibero-Americano sobre Tecnologias de Apoio a Portadores de Deficiência, 2, 2006. Espírito Santo. Anais. Espírito Santo: UFES, 2006. P.29-33.

